Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

Acesso a atividades escolares no Brasil durante a Pandemia com base na PNAD COVID-19 - julho a novembro de 2020

Maio/2021[1]

Principais Mensagens

- Esta nota apresenta evidências sobre o acesso a atividades escolares no Brasil durante a pandemia da COVID-19 em 2020, com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) especial da COVID-19 que tem representatividade nacional.
- Em novembro de 2020, 92,3 por cento dos alunos não estavam frequentando aulas presenciais e o percentual de alunos com algum tipo de acesso a atividades escolares na semana anterior à pesquisa foi de 86,1 por cento, com 3,3 milhões de crianças sem acesso a nenhuma atividade escolar, embora estivessem matriculadas na escola.
- O acesso a atividades escolares foi muito menor nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, estando fora do alcance de 1,4 milhão de crianças em novembro de 2020, o que está fortemente associada menor taxa de acesso à internet.
- O acesso e o nível de participação em atividades escolares remotas durante a pandemia aumentam com a renda familiar, com crianças brancas em áreas urbanas possuindo maior acesso em comparação a seus pares.
- As desigualdades de aprendizagem e acesso já eram substanciais no Brasil antes da pandemia e as diferenças acentuadas no acesso a atividades escolares ficaram ainda mais acentuadas.

A pandemia da COVID-19 obrigou a suspensão das aulas presenciais para mais de 47 milhões de alunos de escolas públicas e privadas na educação básica do Brasil, tornando o ensino remoto a principal forma de engajamento dos estudantes. Desde o início da pandemia, estratégias de ensino remoto têm sido adotadas pelas redes de ensino, incluindo o ensino híbrido, especialmente a partir do segundo semestre de 2020. Com a segunda onda da pandemia no início de 2021, o processo de reabertura foi revertido e em maio de 2021, a maior parte das escolas brasileiras, principalmente as da rede pública, permanece fechada com o engajamento dos estudantes limitado ao ensino remoto.

Uma em cada dez crianças de 6 a 16 anos, o equivalente a 3,3 milhões de brasileiros, **não teve acesso a nenhuma atividade escolar em novembro de 2020, embora estivesse matriculada na escola.** Houve uma melhora no total de crianças sem nenhum acesso a algum tipo de atividade escolar[2] em relação a julho, quando a proporção era de duas em cada dez crianças de 6 a 16 anos (Figura 1). Além disso, 3,5 por cento das crianças desta faixa etária não

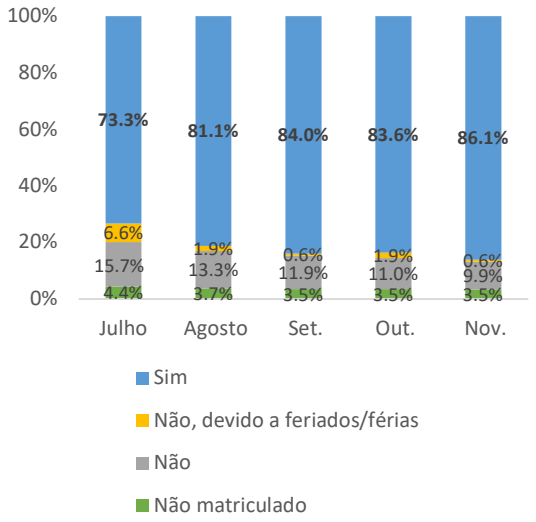
[1] Esta nota foi preparada por Anna Luisa Paffhausen, Priscilla Bacalhau e André Loureiro.

[2] O acesso a atividades escolares é definido como o recebimento, por parte dos entrevistados, de atividades para serem feitas em casa, como, por exemplo, aulas *online*, dever de casa ou estudo dirigido, na semana anterior. Em novembro a definição também inclui explicitamente a oferta de aulas presenciais, enquanto nos meses anteriores essa distinção não foi feita.

estavam matriculadas na escola.[3] A proporção de crianças que tiveram acesso a atividades escolares na semana anterior à pesquisa aumentou de 73,3 por cento em julho para 86,1 por cento em novembro.

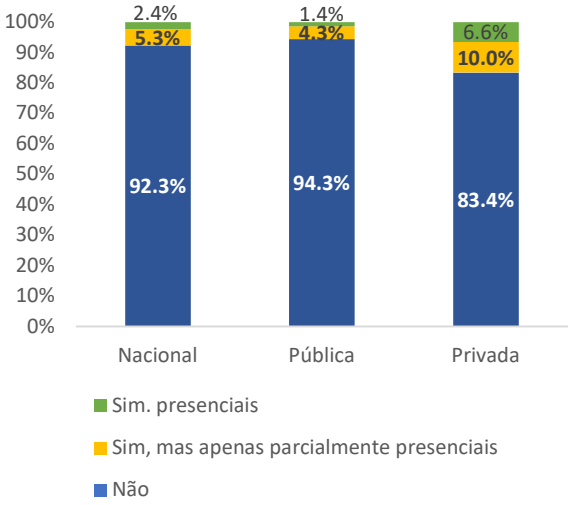
A maior parte dos alunos no Brasil tem o engajamento escolar exclusivamente remoto. Em novembro, as aulas presenciais ainda eram exceção, com apenas 2,4 por cento das crianças de 6 a 16 anos matriculadas na escola tendo acesso a essa modalidade de ensino (Figura 2). Mais de 90 por cento das crianças em idade escolar e matriculadas não tiveram acesso a aulas presenciais. Para alunos de escolas particulares, as aulas total ou parcialmente presenciais foram mais comuns (6,6 por cento e 10 por cento dos alunos de escolas privadas, respectivamente), embora ainda oferecidas a uma minoria das crianças. Nas escolas particulares, 83,4 por cento dos alunos de 6 a 16 anos não tiveram acesso a aulas presenciais em novembro. Nas escolas públicas, essa proporção chega a 94,3 por cento.

Figura 1. Acesso a atividades escolares no Brasil, julho a novembro de 2020



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19
Nota: Em novembro, "sim" inclui as crianças que tiveram acesso a aulas presenciais. Nos meses anteriores, essa distinção não foi feita.

Figura 2. Situação das aulas presenciais no Brasil, novembro de 2020



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19

O acesso a atividades escolares é significativamente menor no Norte e no Nordeste do Brasil. Mais de uma em cada cinco crianças em idade escolar no Norte não teve acesso a atividades escolares em novembro, embora estivesse matriculada na escola (Figura 3, Painel A). Roraima e Pará tiveram a maior proporção de crianças em idade escolar sem acesso a esses serviços - 27,9 e 27,5 por cento, respectivamente (Figura 3, Painel B). Há uma divisão entre os estados do Norte e os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. No Sul, o acesso a atividades escolares em novembro foi quase universal (93,3 por cento). O acesso também ficou acima da média nacional nas regiões Centro-Oeste (88,8 por cento) e Sudeste (88 por cento). No entanto, dado o tamanho das populações dos

[3] De julho a novembro, entre 1,2 e 1,5 milhão de crianças (3,5 - 4,4 por cento das crianças em idade escolar) não estavam matriculadas na escola. As taxas de matrícula foram semelhantes entre meninos e meninas. Em novembro, 3,2 por cento das meninas de 6 a 16 anos não estavam matriculadas na escola, enquanto, entre os meninos, a proporção era de 3,7 por cento.

estados do Sudeste, 900 mil crianças estavam sem acesso a atividades escolares em novembro. Esse número fica próximo das 800 mil crianças sem acesso a atividades escolares no Norte, uma região pouco populosa. Além disso, o Nordeste responde por mais de 40 por cento das crianças sem acesso a atividades escolares no Brasil - 1,4 milhão de crianças. O acesso a essas atividades também é menor entre crianças que vivem em áreas rurais (Figura 3, Painel C), embora a lacuna esteja diminuindo. Em julho, uma em cada quatro crianças (25,4 por cento) em idade escolar vivendo em áreas rurais não tinha acesso a atividades escolares, em comparação com 13,8 por cento entre as crianças de áreas urbanas. Em novembro, ambas as proporções haviam caído, para 14,8 por cento das crianças em idade escolar nas áreas rurais e 8,9 por cento nas áreas urbanas.

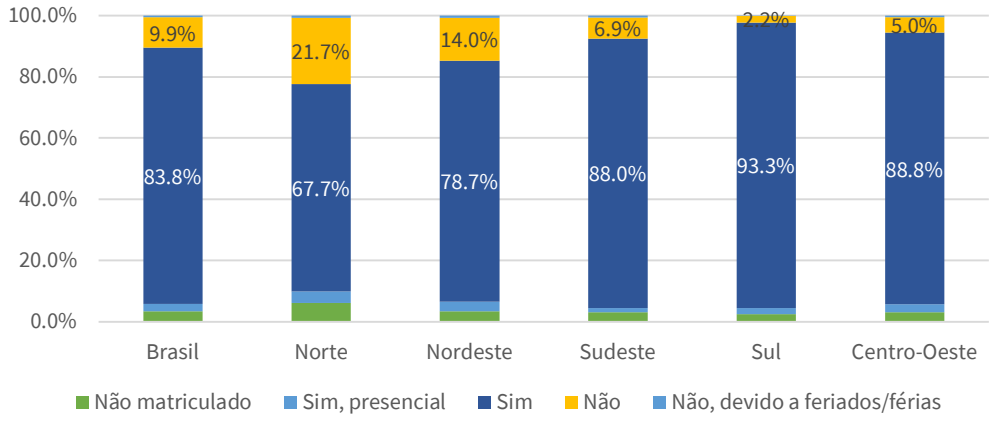
Quadro 1. A PNAD COVID-19

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19 (PNAD COVID-19) é uma pesquisa domiciliar de alta frequência por telefone que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou em maio de 2020. É uma pesquisa de representatividade nacional que teve como objetivo inicial monitorar o mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia Covid-19 e coletar informações sobre a prevalência de sintomas de saúde associados ao vírus. A partir de julho, o questionário foi ampliado para coletar informações sobre educação durante a pandemia.

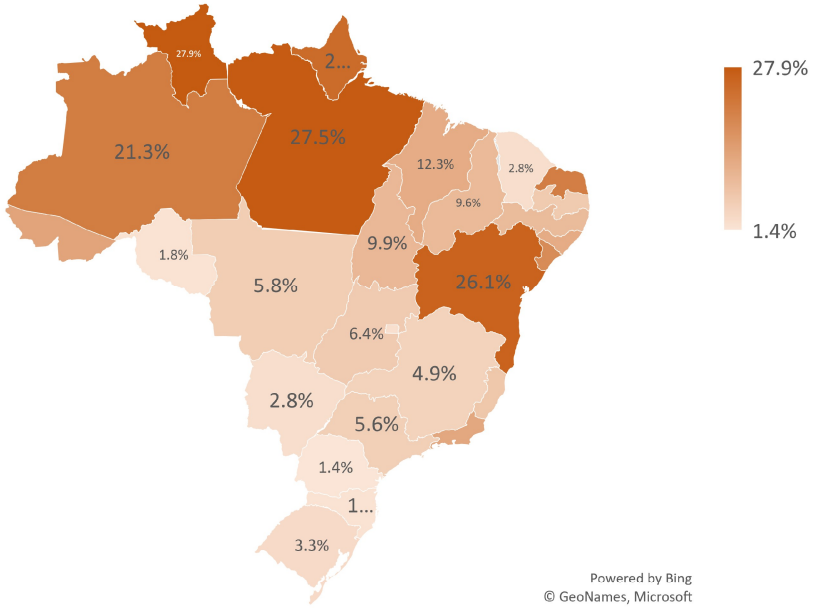
Desde maio, a PNAD COVID-19 levanta dados de quase 50.000 domicílios por semana e cerca de 193.000 por mês. Os resultados disponíveis cobrem até novembro, último mês de coleta de dados.

O acesso a atividades escolares também varia de acordo com a renda familiar, raça e se a escola é pública ou privada, mas não varia com o sexo da criança. O acesso a atividades escolares durante a pandemia aumenta com a renda familiar. Entre as crianças de famílias no quintil de renda superior, o acesso a essas atividades foi quase universal. Apenas 2,6 por cento das crianças nesse quintil não tiveram acesso a atividades escolares, embora estivessem matriculadas na escola. Essa proporção aumenta para 10,7 e 14,7 por cento no segundo e primeiro quintis de renda familiar, respectivamente (Figura 4, Painel A). Entre os alunos afrodescendentes (aqueles que se identificam como negros ou pardos), em novembro, 81 por cento tinham acesso às atividades escolares, enquanto entre os não afrodescendentes (brancos, asiáticos ou indígenas) essa proporção era de 87,5 por cento (Figura 4, Painel B). Por outro lado, a proporção de crianças afrodescendentes sem acesso a atividades escolares em novembro (embora estivessem matriculadas) foi quase o dobro da proporção de crianças não afrodescendentes (12,5 e 6,4 por cento, respectivamente). Também há diferença no acesso a atividades escolares entre escolas da rede pública comparadas à rede privada. Enquanto 3,0 por cento dos estudantes matriculados em escolas particulares não tiveram acesso a atividades, essa proporção é quatro vezes maior (11,9 por cento) entre estudantes de escolas públicas (Figura 4, Painel C). Por outro lado, o acesso a atividades disponibilizadas para fazer em casa foi semelhante entre meninos e meninas.

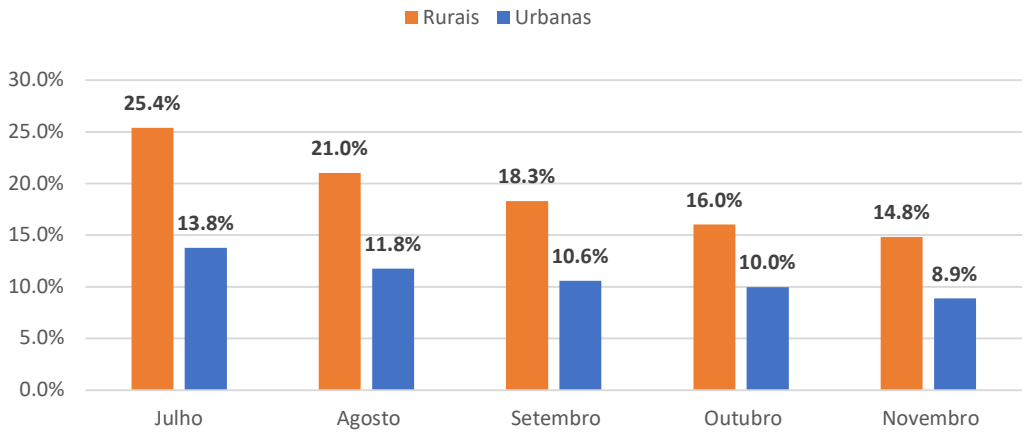
Figura 3: Diferenças regionais no acesso a atividades escolares
Painel A. Acesso a atividades escolares por região, novembro de 2020



Painel B: Proporção de crianças em idade escolar sem acesso a atividades escolares, por estado, novembro de 2020



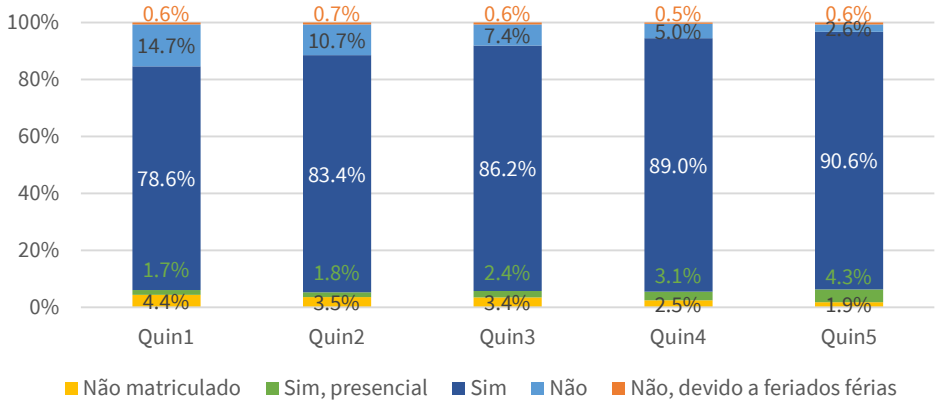
Painel C. Proporção de crianças em idade escolar sem acesso a atividades escolares em áreas rurais e urbanas



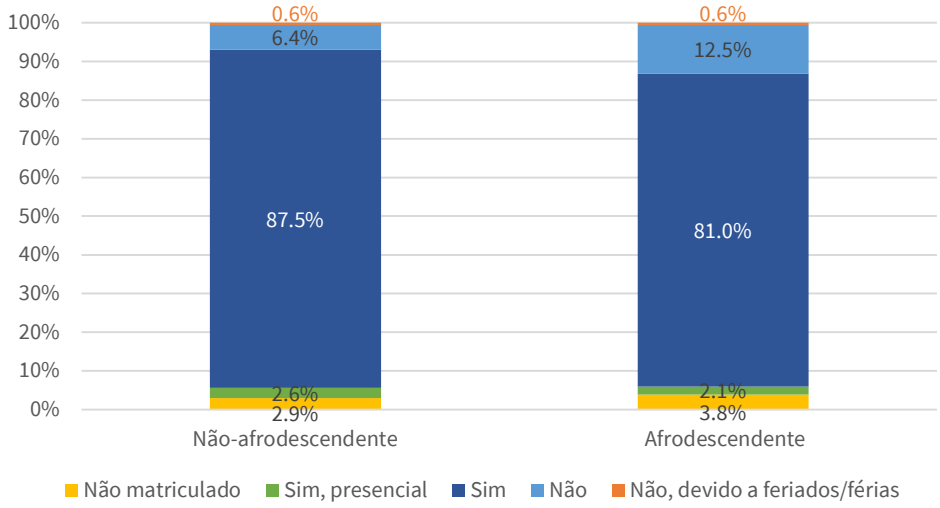
Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19

Figura 4. Acesso a atividades escolares durante a pandemia difere de acordo com a renda, a raça e a dependência administrativa da escola

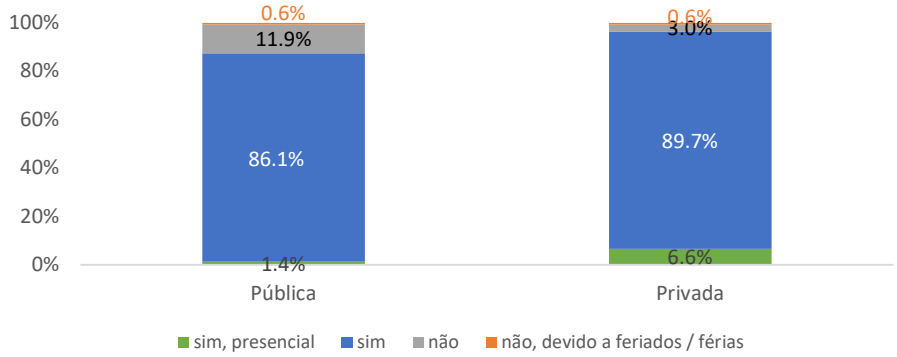
Painel A. Acesso a atividades escolares por quintil de renda familiar, novembro de 2020



Painel B. Acesso a atividades escolares – afrodescendentes vs não- afrodescendentes, novembro de 2020



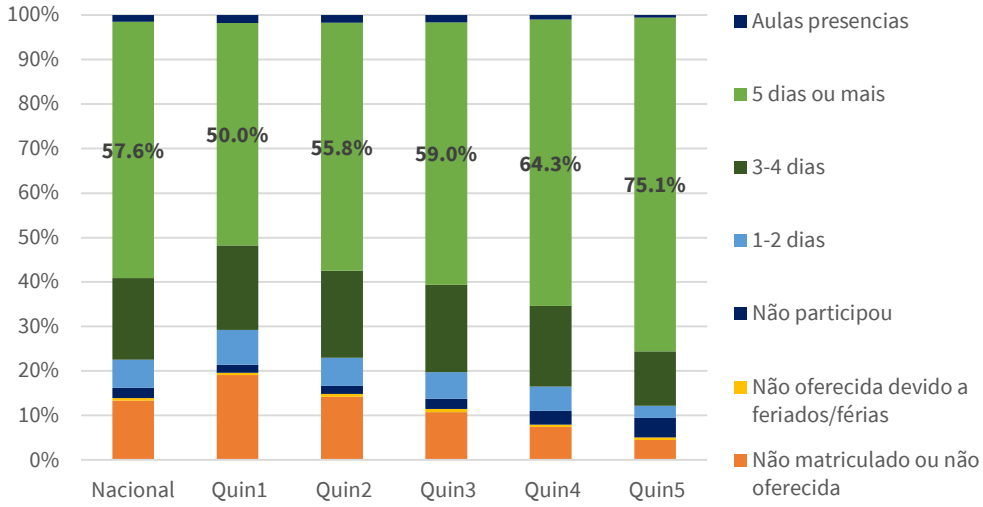
Painel C. Acesso a atividades escolares por dependência administrativa da escola, novembro de 2020



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19.
Nota: Os quintis de renda no Painel A são baseados na renda familiar efetiva total per capita.

O tempo que as crianças dedicam a atividades escolares durante a pandemia também aumenta com a renda familiar. Além de terem menos acesso às atividades escolares, as crianças de famílias de baixa renda também passam menos tempo nessas atividades quando elas são oferecidas. Em novembro, quase 60 por cento das crianças brasileiras se ocuparam com atividades escolares por 5 dias ou mais durante uma semana, incluindo aulas presenciais (Figura 5). Essa proporção sobe para 75,1 por cento entre as crianças de famílias mais abastadas. No quintil de renda inferior, no entanto, apenas metade das crianças esteve envolvida em atividades escolares durante toda a semana. No conjunto, entre as crianças do quintil inferior de renda, 21,4 por cento das crianças não participou de nenhuma atividade escolar, seja porque não estava matriculada na escola, porque essas atividades não foram oferecidas ou porque optou por não participar de nenhuma atividade oferecida. Entre as crianças do quintil superior de renda, essa proporção foi de 9,4 por cento.

Figura 5. A participação em atividades escolares durante a pandemia de acordo com a renda, novembro de 2020



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19.

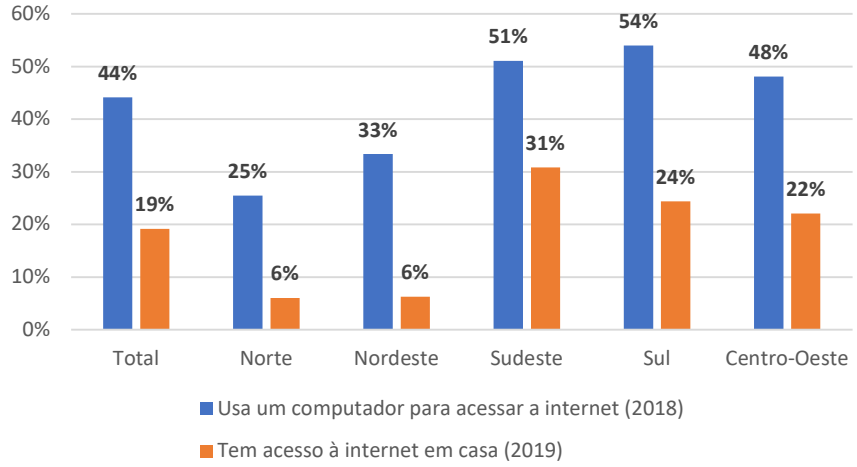
Nota: Os quintis de renda são baseados na renda familiar efetiva total per capita.

As desigualdades regionais e raciais no acesso à educação já existiam antes da pandemia da COVID-19, e estão sendo acentuadas. As regiões Norte e Nordeste do país concentravam a maior proporção de crianças entre 6 e 16 anos que não estavam matriculadas em 2019, antes da pandemia: 2,6 por cento das crianças no Norte e 2,2 por cento no Nordeste, enquanto a média nacional era de 1,8 por cento (518 mil crianças)[4]. Quase três entre quatro crianças que não frequentavam escola em 2019 eram afrodescendentes (373 mil crianças). Além disso, o acesso a computador e internet também não era uniforme pelo país. Novamente, crianças de 6 a 16 anos no Norte e Nordeste tinham desvantagem no acesso à internet em casa em comparação com o restante do país (Figura 6 – Painel A): 6 por cento das crianças nessas regiões tinham acesso à internet, enquanto 19 por cento na média

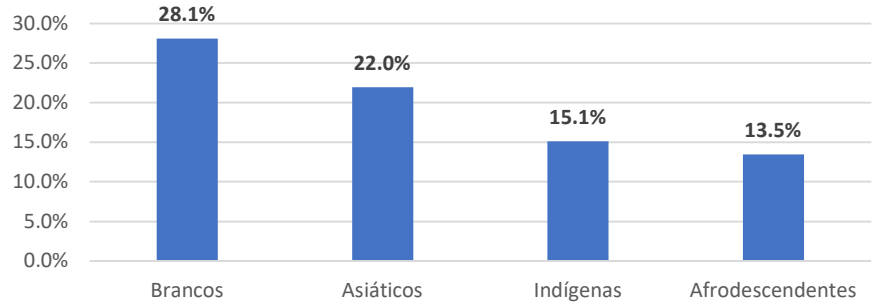
[4] Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD Contínua 2019, realizada pelo IBGE. Existem, no entanto, algumas diferenças metodológicas entre a PNAD Contínua e a PNAD COVID-19, como a modalidade de entrevista (face a face vs. telefone) e a PNAD Contínua sendo questionada ao longo do ano, enquanto a PNAD COVID-19 pesquisa respondentes em determinado mês. Dessa forma, não é possível concluir se a proporção de crianças não matriculadas na escola aumentou entre 2019 e 2020.

nacional. Portanto, crianças nessas regiões já iniciaram a pandemia em uma situação mais vulnerável para a viabilização de uma adaptação ágil durante o ano letivo de 2020. Situação semelhante ocorre com crianças afrodescendentes e indígenas, cujo nível de acesso à internet é duas vezes menor do que o de crianças brancas (Figura 6 – Painel B). A disparidade é ainda maior de acordo com a localidade de residência: em áreas rurais, apenas 4,5 por cento das crianças tinham acesso à internet, enquanto em áreas urbanas a proporção era de 22,1 por cento.

Figura 6 Diferenças regionais e raciais no acesso a computador e internet antes da pandemia
Painel A. Acesso a computador e internet em domicílios com crianças em idade escolar por região



Painel B. Proporção de crianças em idade escolar com acesso à internet em casa por raça, 2019



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD Contínua 2018 e 2019.

As diferenças no acesso a atividades escolares estão exacerbando as lacunas de aprendizagem e as crianças em situação de maior vulnerabilidade estão ficando para trás. As desigualdades educacionais já existentes no Brasil, mesmo antes da pandemia, estão sendo aprofundadas pelas diferenças no acesso e na realização das atividades escolares ao longo de 2020. Em última instância, as perdas educacionais vivenciadas durante a pandemia deverão ser observadas nas medidas de aprendizagem das crianças nos próximos anos, com perdas mais acentuadas para grupos menos favorecidos, dado seu menor acesso à escolarização e recursos. Simulações do Banco Mundial sugerem que a pandemia causará um aumento na pobreza de aprendizagem[5] de mais de 20% na América Latina e

[5] Parcela de crianças que não consegue ler e compreender um texto simples ao final do ensino primário.

Caribe, levando a dois terços dos estudantes de 10 anos não conseguirem entender um texto simples.[6] No Brasil, em que 50 por cento dos alunos avaliados pelo PISA em 2018 apresentaram desempenho abaixo do nível básico de proficiência (não conseguiam ler e compreender um texto simples), as simulações indicam que essa proporção pode subir para 73 por cento como resultado do fechamento das escolas por 13 meses.[7] Além disso, a distância do desempenho entre os mais ricos (quintil superior de renda) e os mais pobres (quintil inferior de renda) aumentará com as escolas fechadas.

Diante dos enormes desafios gerados pela pandemia, é preciso implementar soluções urgentes para evitar ainda maiores lacunas regionais, raciais e sociais entre os estudantes brasileiros. Os sistemas educacionais devem estar preparados para a reabertura escolar gradual, segura e eficaz, com medidas sistêmicas voltadas para a recuperação das perdas de aprendizagem. Em especial, as medidas devem priorizar as crianças e jovens excluídos do processo educacional, inclusive aqueles que, mesmo frequentando a escola, não estão aprendendo. Tomando como base boas práticas já em curso no Brasil e no mundo, os esforços para recuperação à crise educacional agravada pela pandemia devem incluir: preparação, orientação e implementação de protocolos sanitários e priorização de profissionais da educação para vacinação; aumentar os esforços para facilitar o acesso ao ensino remoto para grupos menos favorecidos, com maior investimento em conectividade e aumento do alcance e eficácia das tecnologias da informação e comunicação; identificação das perdas de aprendizagem e uma estratégia no nível do aluno para recuperação da aprendizagem e apoio socioemocional para estudantes e profissionais da educação. A viabilização da implementação dessas estratégias de mitigação envolve também a adoção de um modelo progressivo de financiamento, disponibilizando recursos no curto prazo para sistemas e escolas mais vulneráveis.

[6] Fonte: World Bank. 2021. Acting Now to Protect the Human Capital of Our Children : The Costs of and Response to COVID-19 Pandemic's Impact on the Education Sector in Latin America and the Caribbean. World Bank, Washington, DC. © World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35276. Sumário executivo em Português: https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/868101615924803162/executive-summary

[7] Joao Pedro Azevedo, Koen Geven, Diana Goldemberg, Amer Hasan, Syedah Aroob Iqbal (2020) "Country tool for simulating the potential impacts of COVID-19 school closures on schooling and learning outcomes, Version 6". World Bank, Washington DC.

Anexo

Tabela A.1: Renda média real per capita por quintil de renda e mês

Quintis de renda	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.
1	250	276	299	310	308	261	242
2	522	551	578	593	598	563	538
3	786	826	856	881	890	884	845
4	1.183	1.222	1.249	1.276	1.291	1.300	1261
5	3.292	3.366	3.432	3.498	3.518	3.525	3.495

Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na PNAD COVID-19.
Nota: Os quintis de renda são baseados na renda familiar efetiva total per capita. Os valores monetários são apresentados em valores de setembro de 2020.

Tabela A.2: Proporção de crianças em idade escolar sem acesso às atividades escolares

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Manaus(AM)	13.5%	11.9%	12.9%	16.4%	10.3%
Belém(PA)	38.1%	36.5%	32.0%	30.5%	23.3%
Macapá(AP)	21.1%	16.0%	12.4%	10.2%	24.0%
São Luis (MA)	32.1%	28.7%	16.7%	14.6%	8.0%
Teresina(PI)	10.5%	7.6%	7.7%	5.6%	5.1%
Fortaleza(CE)	8.8%	9.1%	7.2%	5.4%	4.1%
Natal(RN)	36.8%	32.6%	31.7%	31.7%	26.8%
João Pessoa (PB)	8.4%	6.5%	6.7%	6.8%	8.8%
Recife(PE)	16.7%	16.4%	13.9%	14.5%	12.3%
Maceió(AL)	17.1%	15.6%	16.6%	18.9%	16.7%
Aracaju(SE)	27.2%	20.7%	17.7%	16.8%	16.6%
Salvador(BA)	20.7%	15.7%	15.9%	15.1%	19.9%
Belo Horizonte (MG)	22.7%	17.5%	15.6%	13.9%	10.4%
Vitória(ES)	20.1%	11.5%	7.5%	9.4%	11.4%
Rio de Janeiro (RJ)	17.5%	16.8%	15.9%	15.8%	15.0%
São Paulo (SP)	7.0%	6.2%	7.5%	8.5%	7.7%
Curitiba(PR)	3.8%	3.3%	2.2%	2.3%	0.7%
Florianópolis(SC)	8.0%	7.9%	5.2%	5.9%	5.2%
Porto Alegre (RS)	14.8%	7.4%	4.5%	6.5%	5.0%
Cuiabá(MT)	21.1%	9.3%	5.8%	5.7%	4.8%
Goiania(GO)	8.8%	12.4%	11.7%	10.8%	8.3%